

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CAMP – FAPSE

O Regime Próprio de Previdência Social – RPPS dos Servidores Públicos do Município de Rosário do Sul, criado através da Lei Municipal nº 3.064, de 27 de julho de 2010, organizado como fundo público tem como principal finalidade a gestão dos recursos financeiros dos seus segurados para manutenção e pagamento de benefícios atuais e futuros e proporcionar aos seus segurados e dependentes o amparo da previdência social assegurada constitucionalmente aos servidores públicos de cargos efetivos.

No exercício em análise, a Unidade Gestora do RPPS, responsável pela administração, gerenciamento e a operacionalização do fundo previdenciário, incluindo a arrecadação e gestão de recursos, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios, bem como a sua fiscalização estava assim composta:

Conselho Deliberativo:

Nome	Função	Formação	Certificação
Claiton Souto Soares	Conselho de Administração	Superior	CGRPPS
Nelson Rocha Rodrigues Junior	Conselho de Administração	Superior	ABERTO
Cléo Borges dos Santos	Conselho de Administração	Superior	ABERTO
Carlos Oneide dos Santos Santos	Conselho de Administração	Superior	ABERTO
Jair Rocha Oliveira	Conselho de Administração	Superior	ABERTO
Marcio Pedroso Berriel	Conselho de Administração suplente	Superior	ABERTO
Raquel de Almeida Gerson	Conselho de Administração Suplente	Superior	ABERTO
Ivete de Lima Chuma	Conselho de Administração Suplente	Superior	ABERTO
Marisa Giordani Valladão	Conselho de Administração Suplente	Superior	ABERTO
Joel Alvira Flores	Conselho de Administração Suplente	Superior	ABERTO

Conselho Fiscal:

Nome	Função	Formação	Certificação
Daniel Menezes Braga	Conselho fiscal	Superior	ABERTO
Carlos Alberto Lima Araujo	Conselho fiscal	Superior	ABERTO
Maiquel Esteves de Lima	Conselho fiscal	Superior	ABERTO
Carina de Souza Rossignolo	Conselho fiscal Suplente	Superior	ABERTO
Airton Urias Lemos	Conselho fiscal suplente	Superior	ABERTO
Rafael da Silva Machado	Conselho fiscal suplente	Superior	ABERTO

Responsáveis pela gestão das aplicações dos recursos do RPPS:

Nome	Função	Formação	Certificação
Graziele Gonçalves dos Santos	Comitê Financeiro	Superior	ABERTO
Fabício de Almeida Saldanha	Comitê Financeiro	Superior	CGRPPS-1393
Ladislane Chaves Dias	Comitê Financeiro	Superior	CGRPPS-5026

Nesse contexto, e considerando o disposto no art. 2º, inciso IV, letra “g”, da Resolução nº 1.134/2020, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE/RS, apresenta-se, a seguir, o relatório e parecer deste Conselho contemplando, na forma estabelecida pela referida Resolução, a análise das contas, bem como considerações sobre as aplicações financeiras, demonstrações contábeis e manutenção do equilíbrio previsto na avaliação atuarial, relativamente ao exercício financeiro de 2023, nos seguintes termos¹:

1. Análise das Contas Anuais:

Conforme os dados extraídos do Sistema Informatizado, bem como das demonstrações contábeis, o RPPS apresentou os seguintes resultados:

1.1 Receitas Previdenciárias

De acordo com o art. 81 da Portaria MTP nº 1.467/2022, são considerados recursos previdenciários as contribuições e quaisquer valores, bens, ativos e seus rendimentos vinculados ao RPPS ou aos fundos previdenciários, inclusive os créditos do ente instituidor, reconhecidos pelo regime de origem, relativos à compensação financeira disciplinada na Lei Federal nº 9.796/1999.

Nos itens a seguir demonstra-se o comportamento das receitas durante o exercício de 2023.

1.1.1 Receitas de Contribuições Previdenciárias

As alíquotas de contribuição vigentes no exercício de 2023, seguindo o plano de custeio proposto na avaliação atuarial de 2023, foram definidas no art.2º, da Lei Municipal nº3.064/10, conforme detalhado abaixo:

Contribuições	Alíquota praticada	Base Legal
Segurados (ativos, inativos, pensionistas)	14,00%	Lei Municipal nº3.64/10, art.2º II
Ente Público (patronal custo normal e custo administrativo)	14,00%	Lei Munic. 3.064/10 I
Ente Público (cobertura do déficit atuarial)	42,40%	LM 3.064/10 art. 2º VI - §1º- “m”
Ente Público (aportes preestabelecidos para cobertura do déficit atuarial)		

Especificamente em relação ao **Déficit Atuarial de R\$ 397.980.309,82**, evidenciado em Nota Técnica Atuarial, foi proposto um Plano de Amortização na forma de alíquota suplementar de 42,40%, sem mensais num prazo máximo de 21 anos, conforme permitido pelo art. 44 do Anexo VI, da Portaria MTP nº 1.467/2022.

No exercício de 2023 as receitas de contribuições **que foram recebidas** pelo RPPS constam no quadro abaixo:

Origem/Espécie	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Arrecadação	Diferença
Contribuições dos segurados	4.624.477,76	4.624.477,76	4.449.187,25	-175.290,51
Contribuições do ente público – custo normal e custo administrativo	4.624.477,76	4.624.477,76	4.449.187,25	-175.290,51
Ente Público – cobertura do déficit atuarial	14.005.561,22	14.005.561,22	8.024.241,83	-5.981.319,39
Total	23.254.516,74	23.254.516,74	18.599.516,43	-6.331.900,41

1.1.2 Parcelamentos de Débitos Previdenciários

Conforme as disposições do art. 14 e respectivos incisos da Portaria MTP nº 1.467/2022, as contribuições normais e as suplementares e aportes destinados ao equacionamento do déficit atuarial, legalmente instituídos, inclusive seus encargos legais, devidos pelo ente federativo e não repassadas à unidade gestora do RPPS até o seu vencimento, depois de apurados e confessados, poderão ser objeto de termo de acordo de parcelamento para pagamento em moeda corrente, assegurado o equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

No exercício em análise, os parcelamentos de dívidas do ente patrocinados com o RPPS, devidamente formalizados e encaminhados à SPREV por meio do Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social – Cadprev, eram os seguintes:

Nº do Acordo Parcelamento	Valor total do débito parcelado	Nº da Lei que autorizou o parcelamento	Nº total de parcelas	Nº de parcelas pagas em 2023	Nº de parcelas restantes
2131/17	5.843.139,33	3.748/17	200	12	128
2132/17	4.956.760,55	3.748/17	200	12	128
2133/17	29.082.735,78	3.748/17	200	12	128
2134/17	15.115.207,46	3.748/17	200	12	128
1390/18	4.784.778,09	3.697/18	60	12	0
3697/16	6.280.608,11	3.697/16	60	12	12
680/20	9.963.357,31	3.697/16	60	12	24
943/21	4.316.147,47	3.697/16	60	12	36
1050/22	3.823.876,64	3.697/16	60	12	48

As receitas derivadas de acordos de parcelamentos de contribuições previdenciárias recebidas pela Unidade Gestora em 2023 podem ser visualizados no quadro a seguir:

Origem/Espécie	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Arrecadação	Diferença
Parcelamentos de Contribuições Patronais	8.989.016,60	8.412.730,46	8.412.730,46	-576.286,14
Parcelamentos de Contribuições dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento Passivo Atuarial	8.500.455,30	8.500.455,30	7.313.358,57	-1.187.096,73
Demais receitas de parcelamentos-juros				
Total	17.489.471,9	17.489.471,9	15.726.089,03	-1.763.382,87

1.1.3 Compensação Financeira Recebida

Em relação a compensação financeira prevista nos §§ 9º e 9ºA do art. 201 da Constituição Federal, regulada pela Lei Federal nº 9.796/1999 e pelo Decreto Federal nº 10.188/2019, tem-se que, dos benefícios concedidos nos três últimos exercícios, entre aposentadorias e pensões, aproximadamente 85% deles têm direito a compensação, pois possuem tempo de contribuição a outros regimes próprios ou a Regime Geral de Previdência Social – RPPS. No ano de 2023, os valores recebidos pelo RPPS em decorrência da compensação financeira foram os seguintes:

Origem/Espécie	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Arrecadação	Diferença
Compensação financeira recebida do Regime Geral de Previdência Social- 2023	750.000,00	750.000,00	377.611,09	-372.388,91
Compensação financeira recebidas do RPPS do Estado	0	0	0	0
Compensação financeira recebida do RPPS de outros municípios	0	0	0	0
Total	750.000,00	750.000,00	0	-372.388,91

1.1.4 Aplicações Financeiras

Em cumprimento ao disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 4.963/2021, a Política Anual de Investimentos para o exercício de 2023 foi aprovada em 27 de novembro de 2023, em reunião do Conselho Deliberativo e devidamente encaminhadas à SPREV por meio do Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN.

No quadro abaixo, apresenta-se um resumo das estratégias de alocação dos recursos aprovada:

Tipo de Ativo	Enquadramento – Resolução CMN nº 4.963/2021	Saldo Aplicado em 31/12/2023	% em relação ao total da carteira
Títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional	Art. 7º, Inciso I, "a"		
Fundos de investimento em índice de mercado de Renda Fixa	Art. 7º, I, "c", e III, "b"	41.498.430,59	48,69%

Fundos de investimento em direitos creditórios	Artr. 7º, V, "a"	43.401.192,19	50,93%
[...]			
[...]			
I - Subtotal – renda fixa			
Fundos de investimento em ações	Art. 8º, I	325.211,94	0,38%
Fundos de investimento em índice de mercado de renda variável	Art. 8º, II		
[...]			
II – Subtotal – renda variável			
Fundo de investimento - "renda fixa - dívida externa"	Art. 9º, I.		
[...]			
[...]			
III – Subtotal – Investimentos no Exterior			
Total dos recursos aplicados (I + II + III)		85.224.834,71	100%

Assim, as disponibilidades financeiras vinculadas ao RPPS foram aplicadas no mercado financeiro e de capitais em conformidade com regras estabelecidas pela já mencionada Resolução CMN nº 4.963/2021, tendo presentes as necessárias condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

A seguir, o comportamento dos rendimentos das aplicações financeiras no exercício financeiro:

Origem/Espécie	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Arrecadação	Diferença
Rendimentos de aplicações financeiras – renda fixa			9.240.460,90	
Rendimentos de aplicações financeiras – renda variável				
Outros rendimentos das aplicações financeiras do RPPS				
Total			9.240.460,90	

NOTA: RENTABILIDADE= 141,60 AO ANO, META ALCANÇADA

1.1.5 Outras Receitas Orçamentárias do RPPS

No quadro a seguir estão detalhados, mês a mês, os valores das receitas arrecadadas pelo RPPS em 2023, provenientes das seguintes origens:

- (a) Aluguéis de imóveis;
- (b) Alienação de bens (total recebido no ano: R\$0,00);
- (d) Indenizações/ressarcimentos (total recebido no ano: R\$0,00);

Origem/Espécie	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Arrecadação	Diferença
Aluguéis de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00

Alienação de bens móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	0,00	0,0	0,00	0,00
Outras receitas	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

1.1.6 Aportes Financeiros

De acordo com a legislação aplicável aos RPPS, quando houver insuficiência financeira para cobrir as despesas com o pagamento de benefícios previdenciários, o ente deverá realizar aportes financeiros para sua cobertura.

Como regra, a obrigatoriedade de realização de aporte somente ocorre em relação ao fundo que opera em regime financeiro de repartição simples (admitido somente no caso de opção pela segregação da massa dos segurados). Neste caso há expressa previsão no art. 61 da Portaria MTP nº 1.467/2022, no sentido de que “O valor da insuficiência financeira mensal devida pelo ente federativo ao Fundo em Repartição deverá ser controlado pela unidade gestora do RPPS por poder, órgão e entidade, considerando os valores das contribuições e das folhas de pagamento dos respectivos beneficiários”.

No caso do fundo de capitalização, que existe independentemente da segregação da massa, não há determinação específica da realização de aportes financeiros, pois, a finalidade deste é a acumulação de recursos para pagamento dos compromissos definidos no plano de benefícios do RPPS, no qual, pelo menos, as aposentadorias programadas e as pensões por morte decorrentes dessas aposentadorias são estruturadas sob regime financeiro de capitalização. Assim, a fim de evitar a ocorrência de situações que venham a exigir aportes financeiros para o fundo de capitalização do RPPS, é de fundamental importância que seu plano de custeio seja corretamente dimensionado pelo atuário, e observado pelo ente patrocinador, de forma que as receitas arrecadadas sejam suficientes para cobrir, no mínimo, o custo de cada benefício.

Além dos aportes para a cobertura de eventuais insuficiências financeiras, a depender da legislação do ente, poderá existir também a obrigatoriedade de o ente patrocinador realizar aportes financeiros ao RPPS para o pagamento de benefícios (aposentadorias e/ou pensões) de responsabilidade do tesouro.

Esses aportes, segundo as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 14 da Secretaria do Tesouro Nacional, não devem receber tratamento orçamentário. Há, apenas, o registro contábil da transferência de recursos financeiros do ente ao RPPS.

No exercício de 2023, segundo os registros efetuados na contabilidade, houve o recebimento pelo RPPS dos seguintes valores a título de aportes financeiros:

Origem/Espécie	Valores totais recebidos
Aportes para cobertura de insuficiência financeira	0,00
Aportes para o pagamento de aposentadorias de responsabilidade do tesouro	283.038,73
Aportes para o pagamento de pensões de responsabilidade do tesouro	158.097,94

Total dos aportes financeiros recebidos	441.136,67
--	------------

1.1.7 Totalização Receitas e Aportes recebidos pelo RPPS em 2023.

Origem/Espécie	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Arrecadação	Diferença
Receitas orçamentárias	47.567.256,07	47.567.256,07	43.071.552,63	-4.495.703,44
Aportes financeiros	441.136,67	0	441.136,67	0
Total geral das receitas e aportes financeiros	48.008.392,74	47.567.256,07	43.512.689,3	-4.495.703,44

1.2 Despesas de competência do RPPS:

De acordo com as disposições do art. 81 da Portaria MTP nº 1.467/2022, os recursos arrecadados pelo RPPS somente deverão ser utilizados para o pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte, para o financiamento da taxa de administração e para o pagamento da compensação financeira disciplinada na Lei Federal nº 9.796/1998.

Neste cenário, descrevem-se a seguir as despesas executadas com os recursos previdenciários durante o exercício financeiro de 2023.

1.2.1 Benefícios Previdenciários

Conforme disposto na legislação vigente, nos artigos 1º 21 1º na Lei Municipal nº 3.064/10, de 27/07/2010, o plano de benefícios do RPPS contempla a concessão dos seguintes benefícios, considerando o disposto na Emenda Constitucional – EC nº 103/2019:

I - quanto ao segurado:

a) aposentadoria por tempo de contribuição, idade, compulsória e invalidez.

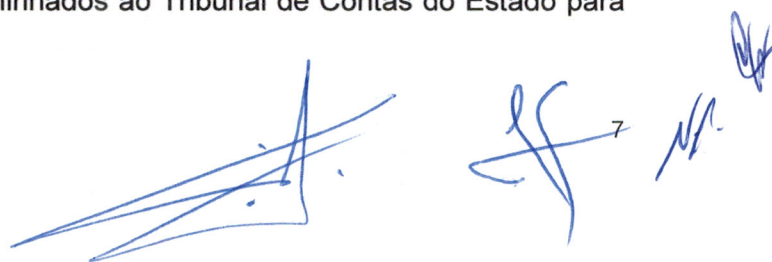
II - Quanto aos dependentes,

b) pensão por morte.

O quadro a seguir demonstra a evolução do **quantitativo** de benefícios concedidos até 31/12/ 2023.

Tipo de Benefício	2023
Aposentadorias	446
Pensão por morte	125
Total de benefícios concedidos	

Releva ponderar que, após a publicação do ato de concessão de benefícios, todos os processos foram encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado para fins de apreciação da legalidade e registro.



A execução orçamentária do pagamento dos benefícios sob responsabilidade do RPPS em 2023, correu conforme o seguinte quadro:

Tipo de Benefício	Despesa Empenhada	Despesas Liquidada	Despesa Paga
Aposentadoria	19.116.111,00	19.115.769,54	19.115.769,54
Pensão por morte	3.395.971,00	3.393.677,17	3.393.677,17
Total	22.512.082,00	22.509.446,71	22.509.446,71

1.2.2 Despesas Administrativas – Taxa de Administração

Consoante o disposto no art.3º da Lei Municipal nº 3.064/10, e o art. 84 da Portaria MTP nº 1.467/2022, o limite para as despesas administrativas do RPPS – Taxa de Administração – apurado com base no exercício financeiro anterior foi fixado em 1,5% do somatório valor das remunerações, proventos e pensões dos segurados e dependentes vinculados ao FAPES

Abaixo constam os montantes das REMUNERAÇÕES base de cálculo para o limite das despesas administrativas e o respectivo limite:

Base de cálculo – art.3º da Lei Municipal nº3.064/10 somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores>><<somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas>>	R\$ 70.897.006,66
Percentual anual da taxa (limite) estabelecido na legislação local do RPPS	1,5%
Limite para as despesas administrativas do RPPS em 2023Valor máximo que, no exercício atual (2023) poderá ser utilizado pelo RPPS em despesas administrativas.	R\$ 1.063.455,09

Desse limite, o valor que foi efetivamente utilizado para as despesas necessárias à organização, funcionamento e conservação do patrimônio da Unidade Gestora foi de R\$ 342.713,85, o qual, durante o exercício foi depositado em conta bancária específica para esta finalidade, nas mesmas condições das contribuições ordinárias.

No quando a seguir é demonstrado, por grupo de natureza (GND), a execução das despesas administrativas da Unidade Gestora em 2023.

Grupo de Natureza de Despesa	Despesa Empenhada	Despesas Liquidada	Despesa Paga
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00
3.2.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	323.000,00	230.194,55	190.684,58
4.4.00.00 – Investimentos	0,00	0,00	0,00
4.5.00.00 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
4.6.00.00 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Total	323.000,00	230.194,55	190.684,58

1.2.3 Despesas com Compensação Financeira entre Regimes

A compensação financeira de que trata a Lei Federal nº 9.796/1999, regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.188/2019, pode representar ingressos ou desembolsos de recursos, tudo dependendo da dinâmica migração dos servidores de um regime para outro e averbar (carregar) seu tempo de contribuição.

Conforme consta na Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) 14 da STN, apesar da transferência dos recursos financeiros poder ser feita pelo valor líquido, conforme troca de informações entre os regimes, os lançamentos devem ser realizados pelos valores brutos, para fins de transparência e controle das despesas com inativos. Assim, em complemento às informações dos valores recebidos, evidenciados no item 1.1.3 deste Relatório, demonstra-se, a seguir, os valores da execução das despesas orçamentárias com as compensações financeiras pagas com recursos do RPPS, no ano de 2023:

Natureza de Despesa	Despesa Empenhada	Despesas Liquidada	Despesa Paga
3.3.90.86.00 – Compensações a Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00

1.2.4 Demais despesas do RPPS

As demais despesas suportadas com recursos do RPPS no ano de 2023, foram:

- a) pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV);
- b) indenizações e restituições cujo pagamento foi autorizado pelo Conselho Deliberativo e Fiscal;

No quadro abaixo, demonstra-se os valores empenhados, liquidados e pagos dessas despesas:

Natureza de Despesa	Despesa Empenhada	Despesas Liquidada	Despesa Paga
3.1.90.91.00 – Sentenças Judiciais (pessoal)	0,00	0,00	0,00
3.3.90.91.00 – Sentenças Judiciais (outras despesas)	0,00	0,00	0,00
4.4.90.91.00 – Sentenças Judiciais (investimentos)	0,00	0,00	0,00
3.1.0.93.00 – Indenizações e Restituições (pessoal)	0,00	0,00	0,00
3.3.90.93.00 – Indenizações e Restituições (demais despesas)	0,00	0,00	0,00
[...]	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

2. Resultado da Gestão Orçamentária e Financeira do RPPS

Considerando, pelo lado da receita, todos os valores arrecadados bem como os aportes financeiros recebidos, e, pelo lado da despesa, os empenhos liquidados no exercício financeiro, apresenta-se a seguir a síntese da gestão orçamentária e financeira do RPPS no exercício de 2023:

Receitas + Aportes Financeiros		Despesas Liquidadas	
Receitas de Contribuições Previdenciárias	17.727.391,61	Despesas com benefícios previdenciários	22.509.446,71
Parcelamentos de Débitos Previdenciários	15.726.089,03	Despesas Administrativas da Unidade Gestora (Taxa de Administração)	190.684,58
Compensação Financeira (valores recebidos)	377.611,09	Despesas com Compensação Financeira entre Regimes	0,00
Rendimentos das aplicações Financeiras	9.240.460,90	Demais despesas do RPPS	0,00
Outras Receitas Orçamentárias			
Subtotal – Receitas Arrecadadas	43.071.552,63	Subtotal – Despesas Liquidadas	22.700.131,29
Aportes financeiros recebidos	441.136,67		
Totalização	43.512.689,30		22.700.131,29

Diante do resultado acima, considerando os conceitos de déficit financeiro e de equilíbrio financeiro estabelecidos, respectivamente, nos incisos XIII e XVIII do art. 2º do Anexo VI, da Portaria MTP nº 1.467/2022, observa-se que a diferença entre o total das receitas arrecadadas e as despesas liquidadas foi de **R\$ 20.812.558,01**, evidenciando assim a ocorrência de um **superávit financeiro** no exercício em análise.

Ainda, conforme os dados publicados no Balanço Financeiro e na Demonstração de Fluxos de Caixa, observa-se a seguinte evolução das disponibilidades financeiras no início e no final do exercício financeiro:

Especificação	Saldos iniciais (01/01/2023)	Saldos finais (31/12/2023)
Em caixa e bancos (conta movimento)	1.016.901,85	1.726.703,19
Em aplicações financeiras de liquidez imediata		
Em fundos de investimentos de renda fixa	63.792.252,74	83.541.573,90
Em fundos de investimentos de renda variável	0,00	0,00
Demais disponibilidades financeiras	0,00	0,00
Soma das disponibilidades	63.792.252,74	83.541.573,90
(-) Saldo das aplicações financeiras de recursos oriundos de aportes para a cobertura de déficit atuarial	0,00	0,00
(=) Valor efetivamente disponível para atender os compromissos da Unidade Gestora	64.809.154,32	85.268.277,09

Com base nessas informações, entende-se que não serão necessários aportes financeiros para a Unidade Gestora.

3. Demonstrações Contábeis do RPPS:

Conforme exigência do art. 85, §4º, da Portaria MTP nº 1.467/2022, as Demonstrações Contábeis exigidas do RPPS são compostas pelas demonstrações enumeradas no MCASP, nas NBC TSP, na Lei Federal nº 4.320/1964 e nos relatórios fiscais exigidos na Lei Complementar nº 101/2000, conforme segue:

- (a) BP – Balanço Patrimonial;
- (b) DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais;
- (c) DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- (d) BO – Balanço Orçamentário; e,
- (e) BF – Balanço Financeiro.

Ainda, em cumprimento ao disposto no art. 241, V, “a”, da Portaria MTP nº 1.467/2022, deverão ser encaminhados à SPREV os dados e informações relativos encaminhamento dos instrumentos de transparência fiscal e as informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais de que trata o art. 163-A da Constituição Federal e o § 2º do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000, na forma e nos prazos estabelecidos pela STN. Consoante o disposto na Portaria STN nº 642/2019, referidos dados compõem a Matriz de Saldos Contábeis – MSC, de periodicidade mensal, cujo prazo de envio é até o último dia do mês seguinte ao de referência, por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI.

Diante desse contexto, observa-se que as demonstrações contábeis do RPPS foram elaboradas conforme as prescrições da Portaria MTP nº 1.467/2022 e do MCASP, e complementadas por Notas Explicativas, fornecendo subsídios para sua adequada compreensão. Referidos demonstrativos, bem como as notas explicativas estão disponibilizados no endereço eletrônico da Unidade Gestora do RPPS, através do link <https://www.rosariodosul.rs.gov.br>.

Especificamente em relação ao **Balanço Patrimonial**, dada a sua importância no contexto da avaliação da situação financeira e patrimonial do RPPS, destacam-se os seguintes aspectos:

a) os valores de Caixa e Equivalente de Caixa compreendem o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos do RPPS para a utilização exclusiva pagamento dos benefícios previdenciários e para a Taxa de Administração. Em 2023, o Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R\$ 1.726.703,19. Na comparação com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de 69,80%.

b) as rubricas de Créditos a Receber a Curto Prazo e a Longo Prazos, compreendem os saldos líquidos a receber do RPPS, já deduzidos os ajustes para perdas. Os valores realizáveis em até 12 meses foram classificados no ativo circulante e no valor de R\$ 8.978.289,70, registrado em balanço patrimonial em 31/12/2023.

- c) **os valores registrados em Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo**, se referem aos valores líquidos, já descontadas as perdas, bem como as aplicações das disponibilidades do RPPS. Segue o detalhamento:
- d)

Título / Subtítulo	Ex. Atual.
1.1.4.1.1.01 – Títulos Públicos	41.498.430,59
1.1.4.1.1.02 - Ações	
1.1.4.1.1.03 – Derivativos	
1.1.4.4.1.01 - APLICACOES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA – RPPS – FUNDO DE CAPITALIZAÇÃO	43.401.192,19
1.1.4.4.1.02 - APLICACOES EM SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL – RPPS – FUNDO DE CAPITALIZAÇÃO	
1.1.4.4.1.05 - APLICAÇÕES EM SEGMENTO IMOBILIÁRIO – RPPS – FUNDO DE CAPITALIZAÇÃO	
1.1.4.4.1.06 - APLICACOES EM ENQUADRAMENTO – RPPS – FUNDO DE CAPITALIZAÇÃO	
1.1.4.4.1.07 - TÍTULOS E VALORES NÃO SUJEITOS AO ENQUADRAMENTO – RPPS – FUNDO DE CAPITALIZAÇÃO	325.211,94
1.1.4.4.1.30 - APLICACOES COM A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	
1.1.4.9.0.00 - (-) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS	
Total dos Investimentos a Aplicações Temporárias a Curto Prazo	85.224.834,71

d) em relação aos valores de aplicações em Títulos de Emissão do Tesouro Nacional, em atendimento ao disposto no Anexo VIII, da Portaria MTP nº 1.467/2022 (arts. 2º a 9º), detalha-se a seguir a sua composição:

d-1) Títulos mantidos até o vencimento: os valores investidos no exercício corresponderam a R\$ 85.224.834,71, para os quais os responsáveis pela gestão do RPPS manifestaram a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos. A capacidade financeira foi definida a partir da política de investimentos do RPPS, através de projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

c) Bens Móveis: nada consta,

f) Bens Imóveis: nada consta,

g) os valores apresentados na rubrica de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar, no passivo circulante e não circulante nada consta

h) os valores registrados no item Fornecedores e Contas a Pagar a Curto e a Longo Prazo representam as obrigações junto a fornecedores de mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais do RPPS, cujos pagamentos foram suportados com recursos da Taxa de Administração. Compreendem também obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar do RPPS. Os saldos apresentados compreendem os valores empenhados e liquidados e pendentes de pagamento e também aqueles que, embora não empenhados, foram reconhecidos pelo regime de competência. Em síntese, verifica-se que os valores registrados a curto prazo totalizaram R\$2.048,37, com capacidade financeira em caixa.



12

i) as **Provisões** compreendem as obrigações presentes do RPPS, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto. O destaque é para as provisões matemáticas previdenciárias, as quais foram registradas de acordo com as informações presentes na Nota Técnica Atuarial elaborada pela empresa LUMENS ATUARIAL, com data focal em 31 de dezembro de 2023, atendendo assim ao disposto no Anexo VI da Portaria MPT nº 1.467/2022, bem como à determinação do Tribunal de Contas do Estado, consignada no Ofício Circular DCF nº 18/2019. Em síntese, essas provisões refletem os custos e compromissos com o plano de benefícios do RPPS, cujas obrigações iniciar-se-ão no primeiro dia do exercício seguinte. Em síntese, o saldo das provisões matemáticas previdenciárias somou **R\$ 397.980.309,82** representando um **aumento** em relação ao saldo anterior. Como consequência, o déficit atuarial, correspondente ao resultado negativo apurado atuarialmente por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios e os valores do fluxo de contribuições futuras, dos valores líquidos da compensação financeira, e dos parcelamentos vigentes a receber, diminuído dos valores dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios do RPPS, correspondeu, na data focal da Nota Técnica Atuarial, a R\$201.568.885,55, sendo que seu equacionamento se dará através de <<contribuição suplementar, na forma de alíquota de 42,40%.

k) O **Patrimônio Líquido do RPPS** compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. No caso da Unidade Gestora do RPPS, esse grupo é composto pelos saldos do resultados do exercício, que foi de **R\$ 64.500.252,35**, conforme detalhado na Demonstração das Variações Patrimoniais EM 31/12/2023.

PARECER FINAL

À vista das informações consignadas neste relatório, bem como nos demais dados encaminhados para análise, para fins da exigência estabelecida no art. 2º, inciso IV, letra "g", da Resolução nº 1134/2020, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, em relação às contas do exercício financeiro de 2023, foi possível verificar que:

a) o equilíbrio financeiro e atuarial, não está sendo assegurado, tendo em vista que o ente público não implementou as alíquotas do plano de custeio proposto na avaliação atuarial. Em suma, não está garantido, a valor presente, equivalência entre o fluxo das receitas e despesas projetadas, apuradas atuarialmente, que, juntamente com os bens, direitos e ativos vinculados, comparados às obrigações assumidas, evidenciem a solvência e a liquidez do plano de benefícios;

b) O caráter contributivo e solidário do RPPS, de que trata o art. 40 da Constituição Federal foi assegurado, pois a Lei Municipal nº3.064/10, que instituiu o RPPS contempla, nos artigos 2º, a previsão expressa das alíquotas de contribuição do Município e dos segurados;

c) O confronto entre o fluxo das receitas arrecadadas e o fluxo das despesas liquidadas do RPPS, no exercício financeiro de 2023, evidenciou um **superávit** da ordem de **R\$ 20.812.558,01**, atendendo a adoção de medidas saneadoras recomendadas pelo Tribunal de Contas do Estado através do Ofício Circular DCF nº 03/2023;

d) Não estão ocorrendo o repasse mensal e integral dos valores das contribuições à unidade gestora do RPPS, em especial as contribuições do Passivo Atuarial.

e) Os débitos de contribuições atrasadas de exercícios anteriores foram devidamente atualizados e parcelados nos termos da legislação vigente, e as respectivas parcelas estão sendo pagas tempestivamente, exceto o valor de R\$ 1.068.363,00 (Um milhão, sessenta e oito mil, trezentos sessenta e três reais), referente à competência 12/2023.

f) No que tange aos beneficiários, o RPPS cobre, exclusivamente, os servidores públicos titulares de cargos efetivos e seus respectivos dependentes, nos termos do art. 1º, V, da Lei Federal nº 9.717/1998, sendo que os ocupantes exclusivamente de cargos em comissão, de cargos eletivos, bem como os contratados temporariamente e empregos públicos, são segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

g) Está sendo atendida a determinação posta no art. 5º da Lei Federal nº 9.717/1998, quanto à proibição de conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Referidos benefícios, nos termos da Lei Municipal nº 3.064/10, são os seguintes:

- g-1) Aposentadoria por idade;
- g-2) Aposentadoria por tempo de contribuição;
- g-3) Aposentadoria por invalidez;
- g-4) Aposentadoria por incapacidade permanente
- g-5) Pensão por morte

h) O pagamento dos benefícios previdenciários ocorre de forma direta aos segurados, mediante folha de pagamentos específica gerenciada pela Unidade Gestora, demonstrando-se assim, o atendimento do art. 71, §1º da Portaria MTP nº 1.467/2022;

i) Quanto ao pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime, nos termos do art. 1º, VI da Lei nº 9.717/1998 e do art. 74 da Portaria MTP nº 1.467/2022, tal prerrogativa foi assegurada através do atendimento a todos os requerimentos protocolados pelos segurados bem como pela disponibilização, inclusive por meio eletrônico, dos relatórios contábeis, financeiros, previdenciários e dos demais dados pertinentes;

j) Os registros contábeis das operações do RPPS, foram realizados de acordo com as normas da Lei Federal nº 4.320/1964 e o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, de forma distinta da contabilidade do Município, abrangeram todas as operações que, direta ou indiretamente, tiveram influência sobre o seu patrimônio, demonstrando-se assim, o cumprimento do art. 85 da Portaria MTP nº 1.467/2022;

k) As Demonstrações Contábeis do RPPS foram elaboradas e publicadas em conformidade com as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP;

l) Constatou-se, ainda, a observância do encaminhamento, à SPREV, dos dados e informações exigidos pelo art. 241 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

m) Também são dignos de relato os seguintes fatos observados:

m1- os membros dos conselhos deveram ficar atentos aos prazos para certificações na forma e prazo da legislação aplicável.

Ante o todo exposto, este Conselho de Administração, emite o seguinte

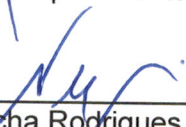
PARECER

Somos de parecer favorável pela **APROVAÇÃO COM RESSALVAS** das contas de Gestão do **RPPS – FAPES** de Rosário do Sul, em especial a regularidade da pendência em aberto de 12/2023, observar as anotações constantes do **CALCULO ATUARIAL** no tocante as Reservas Matemáticas de Longo Prazo e Certificação dos demais membros que compõe os conselhos que ainda não possui certificação. Considerando **APROVADAS AS CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023**, pelos conselheiros de administração presente, devidamente registrados em ata de nº 02/2024 e livro de presença.

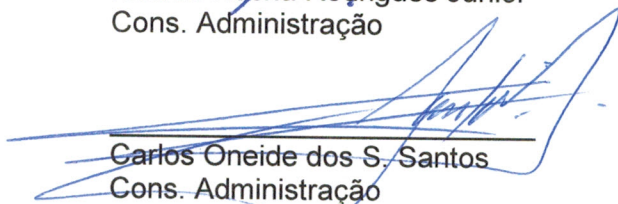
Rosário do Sul, 27 de Março de 2023.



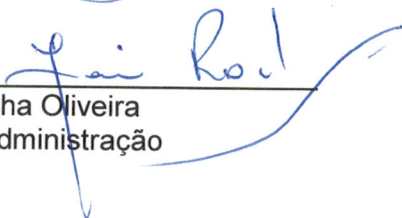
Claiton Souto- presidente



Nelson Rocha Rodrigues Junior
Cons. Administração



Carlos Oneide dos S. Santos
Cons. Administração



Jair Rocha Oliveira
Cons. Administração